

Jornal "Valor Econômico"

DIA 28.11.2005

Editorial

Estreitar com a Argentina, liberar com os outros

Colunista Sergio Leo

Vorazes consumidores de produtos brasileiros, os argentinos, entre 2002 e 2004, aumentaram em 215% as compras de produtos do Brasil, o que elevou as exportações para o país vizinho em US\$ 4,2 bilhões. No mesmo período, as vendas do Brasil ao resto do mundo cresceram 54% e os chineses, que carregam nas costas boa parte do crescimento mundial de comércio, aumentaram em US\$ 800 milhões as importações brasileiras. Só isso sugere mais carinho nas relações entre os dois maiores sócios do Mercosul. Mas não só isso.

Os economistas Fabio Giambiagi e Igor Barenboim, que citam os números acima em um artigo provocador, a ser publicado nesta semana na Revista do BNDES, sabem que esse desempenho foi fortemente influenciado pela recente recuperação da economia argentina. Mas lembram, que, em 2005, o Brasil exportará 50% a mais para a Argentina que em 1998, antes da crise que se seguiu à desvalorização do real.

Interessa ao Brasil aproveitar uma eventual onda de crescimento na Argentina. Se vierem, em vez disso, novas dificuldades, também importa ao país ajudar o vizinho a evitar um colapso. "O Brasil não pode fazer nada para influenciar se nos próximos 20 ou 30 anos a Alemanha ou a África do Sul vão crescer 2%, 3% ou 4% ao ano, mas pode desempenhar um papel importante para definir a que taxa vai crescer a Argentina", argumentam os economistas. A saída é enfrentar o mau humor crescente de lado a lado e aprofundar ainda mais a integração.

Essa foi a pretensão, há 20 anos, dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, ao assinarem a declaração de Iguazu, que pôs fim a uma rivalidade secular e fixou metas ambiciosas de integração, até para uma moeda comum, o "gaúcho". Depois de amanhã, Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner se reúnem para comemorar a data, num encontro que quase sucumbe às divergências comerciais entre os dois países. Vão assinar acordos que estreitam laços políticos e sociais e, esperam, criar um inédito mecanismo de salvaguardas (barreiras comerciais temporárias) para atender a empresários queixosos dos competidores vizinhos.

Mercado potencial é de US\$ 1 trilhão

Sarney e Alfonsín forjaram uma aliança a que se juntaram Uruguai e Paraguai e resultou no Mercosul. Com Lula e Kirchner, o encontro tenta aparar arestas e firmar acordos ainda não sancionados pelos vizinhos menores. Na prática, é uma espécie de Mercosul em dois trilhos, ou duas velocidades, antiga proposta, que os economistas Giambiagi e Barenboim aperfeiçoam no interessante texto para o BNDES. Os dois defendem que a íntima ligação econômica e comercial entre Brasil e Argentina não lhes deixa alternativa a não ser acertarem o passo.

Uruguai e Paraguai e os outros países sul-americanos que se aproximam do Mercosul receberiam tratamento preferencial, mas para formação de uma área de livre comércio, com menos compromissos que a atual união aduaneira imperfeita (pela qual os países menores não podem negociar separadamente acordos, nem ter tarifas de importação diferenciadas para terceiros). No futuro, poderiam optar por maior integração.

Situados em uma das regiões mais calmas do mundo, com capital humano, econômico e natural, Brasil e Argentina, um mercado potencial de US\$ 1 trilhão, precisam apenas garantir previsibilidade macroeconômica e clima de negócios apropriado para se tornarem uma enorme fonte de atração de investimentos, argumentam os economistas, que enfatizam uma tese cara a Giambiagi: um "obstáculo poderoso" ao aproveitamento dos ganhos de escala que traria o mercado ampliado Brasil-Argentina é a diferença de moedas, que provoca recorrentes desequilíbrios cambiais entre

os dois países. Razão suficiente para que se empenhem em criar a tão falada moeda comum.

Para ter o mercado comum em 2014, seriam criados agenda e cronograma para criação de instituições comuns (para controle sanitário, ou defesa à concorrência, por exemplo), e fim, até 2010, das barreiras comerciais existentes. Para chegar à moeda comum os países deveriam trabalhar para valer na integração macroeconômica, tarefa mais fácil que no passado, já que os dois têm, hoje, políticas semelhantes de câmbio, inflação e controle fiscal. Os economistas não se estendem sobre pontos importantes, como a necessária integração da indústria dos dois sócios. Mas mostram que há saídas plausíveis para os atritos bilaterais, desde que haja compromisso sério com a integração - que, até hoje, exige esforços heróicos para sair da retórica.

Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras